

A Escolha do Foco de Intervenção em Consulta Psicológica Vocacional: Contributos para uma Perspectiva Integradora da Intervenção

Inês Nascimento¹
Joaquim Luís Coimbra
Universidade do Porto, Portugal

RESUMO

A profunda ingerência dos acontecimentos e decisões relativas ao trabalho nas outras áreas da existência aponta cada vez mais para situações nas quais o domínio vocacional se mostra potencialmente gerador ou precipitador de crise em dimensões intrapsíquicas ou interpessoais do funcionamento psicológico. A existência dessas situações reforça também a perspectiva segundo a qual o grau de desenvolvimento psicológico do sistema pessoal poderá ser um factor significativo do sucesso dos indivíduos no confronto com os problemas e tarefas do seu itinerário vocacional. Face à grande probabilidade com que as problemáticas propriamente vocacionais aparecem associadas a desajustamentos desenvolvimentais gerais ou a perturbações emocionais e relacionais específicas, reflecte-se acerca das novas responsabilidades dos psicólogos que intervêm no desenvolvimento vocacional no que diz respeito ao planeamento de intervenções sensíveis e responsivas a necessidades dos clientes que transcendam o limite do vocacional, isto é, refletir sobre intervenções vocacionais integradoras e psicologicamente orientadas.

Palavras-chave: consulta psicológica; orientação vocacional; foco de intervenção; competência profissional; comportamento ético.

ABSTRACT: The Choice of Intervention Focus in Psychological Vocational Counselling: Contributions to an Integrative Approach of Intervention

The profound interference of events and decisions related with work in other life domains explains the high frequency of counselling situations in which the vocational realm appears to be a potential generator or trigger of crises in intra-psychic or interpersonal dimensions of psychological functioning. The existence of such situations gives support to the view that the degree of psychological development of the clients' personal system may be a significant factor in their success when facing the problems and tasks of their vocational paths. Given the high probability of vocational problems occurring associated with global development maladjustments and with specific emotional and relational disturbances, it is our intention to reflect about the new responsibilities demanded from psychologists who work in the vocational development realm when they themselves face the challenge of planning interventions that are sensitive and responsive to clients' needs that transcend the traditional vocational limits, that is, reflect about the use of integrative vocational interventions psychologically oriented.

Keywords: psychological counselling; vocational guidance; intervention focus; professional competence; ethical behaviour.

¹ Endereço para correspondência: Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200 Porto, PT. Fone: 351 22 6079700. E-mail: ines@fpce.up.pt

RESUMEN: La Elección del Foco de Intervención en la Consulta Psicológica Vocacional: Contribuciones para una Perspectiva Integradora de Intervención

La profunda interferencia de acontecimientos y decisiones relativos al trabajo en las otras áreas de la existencia apuntan, cada vez más, a situaciones en las cuales el dominio vocacional se muestra potencialmente como generador o precipitador de crisis en dimensiones intrapsíquicas o interpersonales del funcionamiento psicológico. La existencia de esas situaciones refuerza también la perspectiva según la cual, el grado de desarrollo psicológico del sistema personal podrá ser un factor significativo en el éxito de los individuos al enfrentarse a problemas y funciones de su itinerario vocacional. Ante la gran probabilidad de que las problemáticas propiamente vocacionales aparezcan asociadas a desajustes de desarrollo generales o perturbaciones emocionales y relaciones específicas, se reflexiona acerca de las nuevas responsabilidades de los psicólogos que intervienen en el desarrollo vocacional, en lo referente al planeamiento de intervenciones sensibles y como respuesta a las necesidades de los clientes que trascienden el límite vocacional, es decir, las intervenciones vocacionales integradoras y psicológicamente orientadas.

Palabras claves: consulta psicológica; orientación vocacional; foco de intervención; competencia profesional; comportamiento ético.

I no longer believe it is tenable to separate the study of career from the multiple and interacting strands and trajectories of development that make up the texture of lives over the life span. Work is embedded in family and personal lives as well as in paid employment. In any case this work may contribute to or impede development or well being. A privileging of any one of the developmental strands relating to work in a person's life would necessarily distort and limit an understanding of that person. Richardson. (1993, p. 431)

à aider ponctuellement l'individu à choisir une carrière ou une profession et à s'y préparer pour y progresser, à une conception (vers la fin des années cinquante) dans laquelle l'orientation est conçue comme un processus pour aider le sujet à développer et accepter une image de sa personne comme un ensemble intégré de dimensions adaptatives, en relation potentiellement satisfaisante avec la société et en particulier avec le monde du travail. (Lecomte & Guillon, 2000, p. 126)

Em claro contraste com a visão estereotipada da consulta vocacional como processo pontual, breve e primariamente racional, inseparável de uma abordagem psicométrica da complexidade dos clientes e de uma abordagem cognitiva da realidade das formações e das profissões surgem, a partir de certa altura, novas concepções e práticas de Orientação Vocacional. Pondo a tónica em objetivos e metodologias mais centrados nas dinâmicas do funcionamento global da pessoa, os novos esquemas conceptuais da intervenção operam uma mudança de foco a nível dos temas tradicionais da intervenção vocacional (interesses, aptidões, decisão vocacional, planeamento da carreira, etc.):

Le conseling da carrière est passé d'une conception (dans les années trente) visant

Os contornos que delimitavam os campos de intervenção dos profissionais e que classicamente garantiam à psicoterapia o exclusivo da intervenção em dimensões sócio-afectivas, motivacionais, desenvolvimentais, vinculando a intervenção vocacional às questões estritas do projecto formativo ou profissional dos indivíduos, tendem a esbater-se. Reconhece-se, de um modo mais ou menos pacífico, a existência de influências recíprocas ao nível das escolhas que o indivíduo realiza nos múltiplos contextos e domínios da sua existência (Campos & Imaginário, 1977; Campos, 1980; 1989; Campos & Coimbra, 1991a; 1991b; Imaginário & Campos, 1987; Super, 1980; 1990) e admite-se que os processos psicológicos subjacentes à mudança em qualquer das vertentes do sistema pessoal são, na generalidade, semelhantes (Betz & Corning, 1993; Blustein & Spengler, 1995; Lecomte & Guillon, 2000).

A adoção de uma perspectiva do sujeito psicológico, que não desintegra o comportamento vocacional das restantes facetas da experiência humana, acarreta para o psicólogo, do ponto de vista das opções de intervenção, exigências incomparavelmente superiores àquelas com que se poderia confrontar no quadro de uma prática mais estruturada, quase estandardizada, de Orientação Vocacional. Tornase, desde logo, imperativo que o profissional reflecta acerca do interesse e das implicações, para si enquanto profissional, para o cliente e para o próprio processo de intervenção, da exploração de dimensões do problema diferentes daquelas que, previsivelmente, o pedido inicial expresso do cliente permitiria elucidar.

Se há casos nos quais a avaliação do pedido revela a existência de um problema vocacional dominante sendo as virtuais dificuldades pessoais inexistentes ou meramente residuais, certamente que há outros nos quais não é possível ignorar a preponderância ou o relevo dos problemas pessoais que com ele se cruzam. Lucas (1992), num estudo comparativo do tipo de problemas apresentado por clientes vocacionais e não vocacionais encontrou evidência para o facto das dificuldades vocacionais não existirem isoladamente de outras preocupações de vida ou de outros problemas psicológicos. Numa investigação desenvolvida com clientes que apresentavam um pedido vocacional, Anderson e Niles (1995) também verificaram que mais de um terço das preocupações destes clientes se encontravam relacionadas com problemas de natureza não vocacional, nomeadamente dificuldades de relacionamento interpessoal e perturbações emocionais.

Qualquer que seja o grau no qual uma dificuldade vocacional é contemporânea, radica ou gera um problema pessoal parece, assim, essencial que o psicólogo faça uma avaliação rigorosa da extensão na qual essa associação é susceptível interferir negativamente no funcionamento psicossocial do cliente (Corbishley & Yost, 1989; Davidson & Gilbert, 1993; Dorn, 1992; Herr, 1989; Manuele-Adkins, 1992; Spokane, 1989). Do mesmo modo, na hipótese da vertente pessoal poder potenciar e enriquecer o percurso vocacional do cliente, haverá todo o interesse em verificar em que medida certos atributos e recursos pessoais dos clientes podem ser promovidos

e mobilizados pela própria intervenção no sentido da optimização do desenvolvimento ou do desempenho do cliente quer nas tarefas vocacionais quer nas próprias actividades da intervenção (Corbishley & Yost, 1989; Dorn, 1992; Nascimento & Coimbra, 2001). Parece, assim, incontornável que a intervenção toque ou, pelo menos, se aproxime da totalidade do sistema pessoal do cliente sejam as questões pessoais potencialmente geradoras de disfuncionalidade vocacional, sejam as questões vocacionais desencadeadoras de crise pessoal e, até nos casos em que a interacção pessoal-vocacional é, predominantemente, positiva e construtiva.

A juntar às características específicas da interacção pessoal-vocacional, é o próprio alcance dos objectivos de intervenção (o desenvolvimento psicológico global do cliente) que não dispensa o psicólogo de se colocar uma série de questões orgânicas. Para lhes responder, o psicólogo poderá valer-se dos seus saberes teóricos mas esses talvez se revelem insuficientes face a questões, que muitas vezes tomam a forma de verdadeiros dilemas, e que apelam sobretudo à sua sensibilidade, ao seu bom-senso e à sua responsabilidade. Até onde deve ir a exploração dos aspectos não vocacionais? Problemas concomitantes de ordem emocional, afectiva, interpessoal devem ou não ser explicitados pelo cliente? Até que ponto a intervenção se deverá cingir às questões vocacionais ou integrar os problemas não vocacionais? Qual dos tipos de problemas a intervenção deverá privilegiar? Em que situações se justifica o encaminhamento do cliente para um profissional mais competente no domínio da psicoterapia?

Para a intervenção, o profissional de Orientação Vocacional poderá eleger um de três pontos de partida possíveis: o pedido do cliente tal como este o apresenta; o(s) problema(s) do cliente tal como este(s) é/são por si avaliado(s); ou o próprio cliente.

1. O pedido do cliente como ponto de partida

Se o profissional decidir orientar-se pelo pedido do cliente, é de esperar que a intervenção não ambicione mais que responder ao tipo de solicitação efectuada pelo cliente. O psicólogo privilegiará a abordagem dos aspectos meramente vocacionais sem qualquer preocupação com a avaliação ou in-

tervenção a outro nível que não aquele para o qual o pedido aponta. O que faz da consulta, vocacional, é o pedido do cliente; é ele que delimita e circunscreve a área específica sobre a qual a intervenção irá incidir. Ficam eminentes todos os riscos mencionados mais atrás neste artigo relativamente ao alheamento do profissional de necessidades do cliente que, deliberadamente ou por falta de consciência, não tenham sido expressas pelo cliente no seu pedido.

2. A avaliação técnica do pedido como ponto de partida

Quando o que rege a intervenção são os resultados da avaliação que o profissional procura realizar das dimensões não vocacionais do problema vocacional, a intervenção tenderá a ter em conta possíveis alterações no conteúdo do pedido inicial. Outros domínios que não os contidos no pedido vocacional poder-se-ão tornar alvo da intervenção cabendo ao psicólogo decidir, em função da urgência do cliente ou da prevalência de cada tipo de problema o *timing* de intervenção mais apropriado, ou seja, a fase do processo de intervenção que lhe será consagrada. O testemunho de John Howie (Warnke e colaboradores, 1993, p. 184) é particularmente elucidativo dos critérios que podem estar na base de uma tal opção:

I have improved my effectiveness by focusing on career issues when clients present them, relating career concerns to other life issues, exploring deeper personal meanings of career concerns when appropriate, and developing career interventions when career issues are the most salient concerns of clients.

Está aqui de algum modo presente a ideia de que as dificuldades vocacionais deverão ser o fulcro da intervenção, embora esta não deva também ignorar eventuais questões não vocacionais, individuais ou interpessoais, que decorram das situações de descontinuidade vocacional ou, de algum modo, gravitem em torno da problemática vocacional.

O profissional terá que identificar, em função de considerações acerca da origem e evolução do

problema, as dimensões da situação problemática que requerem uma intervenção imediata, e poderá, inclusivamente, considerar adequado o envolvimento do cliente num processo de psicoterapia que, consoante as prioridades e necessidades avaliadas em cada caso, poderá decorrer em paralelo com a intervenção Vocacional, precedê-la ou ser sugerido ao cliente logo que o problema vocacional se encontre solucionado. Deverá ainda decidir se acumulará a responsabilidade pela condução da intervenção nos domínios não vocacionais ou há conveniência no encaminhamento do cliente para um profissional mais qualificado da área da psicoterapia.

Quando a intervenção depende, primordialmente, das decisões do psicólogo quanto ao(s) tipo(s) de problema(s) em presença há o perigo do seu julgamento manifestar todos os vieses relativos à sua própria preferência por determinados campos de intervenção o que, a julgar pela investigação, poderia conduzir à despromoção dos objectivos de desenvolvimento vocacional e/ou ao detrimento da qualidade da intervenção vocacional.

3. A pessoa do cliente como ponto de partida.

Quando o profissional estipula como princípio absoluto de actuação, a prioridade ao cliente, a intervenção privilegia a transformação individualizada do próprio pedido no sentido da sua (re)significação à luz da aprendizagem que procura proporcionar ao cliente da forma como as suas memórias, os seus sentimentos, as suas preocupações, as suas crenças, os seus valores, as suas motivações, os seus interesses, a sua identidade e os seus contextos de vida, se encontram interrelacionados.

Kelly (1991), sublinha de uma forma bastante expressiva a importância de trabalhar o pedido do cliente. Contudo, para o autor, a atenção que o psicólogo presta ao pedido inicial não visa estabelecer uma correspondência linear entre a natureza do pedido e as características da intervenção mas traduz, antes de mais, a aceitação e valorização da própria pessoa do cliente:

From the standpoint of psychology of personal constructs the statement of the client

is, by definition, a true formulation of the problem. However it is not the only true formulation, for there are levels of formulation, and the client's level of formulation may not be the most fruitful one. (p. 169)

Esta observação de Kelly acerca dos níveis de formulação do problema remete para a tríade dos níveis de intervenção em psicoterapia referida por Mahoney (1991). O profissional da consulta psicológica e, por conseguinte, também o psicólogo que trabalha no âmbito da consulta vocacional, poderá optar por intervir ao nível de *problemas* específicos (os enunciados no pedido e que, supostamente, são de carácter vocacional), de *padrões* relativamente circunscritos (onde os problemas vocacionais põem em evidência determinados temas pessoais relevantes) ou ao nível dos *processos*. Se o profissional da Orientação estiver interessado em que a sua intervenção alcance objectivos ligados ao desenvolvimento da identidade vocacional e pessoal do seu cliente (Dorn, 1992), não pode satisfazer-se em responder a pedidos ou resolver problemas mais ou menos estanques. Se o ponto de partida da intervenção for o cliente e a exploração dos seus investimentos vocacionais (Campos & Coimbra, 1991a), o profissional trabalhará, preferencialmente, o nível dos padrões, das estruturas e dos processos de desenvolvimento individual. A intervenção surgirá mais focada num continuum experiencial (emocional, cognitivo e comportamental) que é transversal a todos os contextos de vida do que em decisões ou actos isolados no tempo e no espaço.

Esta opção pela abordagem integrada de todos os cambiantes da experiência subjectiva dos indivíduos, tal como se exprimem no seu comportamento vocacional, faz com que a consulta vocacional adquira um carácter verdadeiramente psicológico. O profissional procura intervir na unidade do funcionamento psicológico do cliente, sem incorrer em conceptualizações fragmentárias do problema mas mantendo-se alerta às variações e reformulações possíveis do pedido inicial, pronto a ajustar e corrigir a direcção da intervenção de acordo com a realidade pessoal e contextual do cliente a quem presta ajuda.

En donnant du sens à des difficultés d'adaptation au travail ou à des problématiques de choix de carrière, le counseling vocationnel, dans le cadre d'une pratique intégrée, permet de mettre en place un processus fluide et cohérent d'aller-retour entre enjeux vocationnels et personnelles. Mais, lorsque ce processus d'aller et retour est compromis parce que des enjeux intrapsychiques ou interpersonnels prennent une place prépondérante, de façon rigide et généralisée, un travail thérapeutique à plus long terme peut alors s'imposer. (...) On ne peut conclure que toute démarche de counseling de carrière implique nécessairement de recourir à des considérations thérapeutiques. Une distinction existe dont le conseiller peut tenir compte, avec pertinence et flexibilité, dès lors qu'il travaille dans le contexte d'une approche intégrée, attentive aux caractéristiques spécifiques de chaque consultant (Lecomte & Guillon, 2000, p. 135).

Este processo de vai-vém a que se referem os autores, é a pedra angular da intervenção vocacional integrada. Ao contrário do que acontece quando o profissional parte do problema, quando é o cliente, por excelência, o objecto da consulta vocacional, em nenhum momento a modificação dos planos de intervenção no sentido de um trabalho mais terapêutico, representa um desvio em relação ao apoio que o cliente necessita para a realização das tarefas propriamente vocacionais. Mesmo quando a intervenção se focaliza num nível não vocacional, fã-lo não segundo uma lógica de polarização ou de assimilação dos domínios pessoal e vocacional mas procurando produzir mudanças na zona comum, no espaço de intersecção entre ambos, de modo a que o robustecimento do que é pessoal possa traduzir-se em ganhos para o que é vocacional e vice-versa.

É possivelmente no seio de uma intervenção que se deseja integradora do pessoal e do vocacional que se colocam ao psicólogo os maiores desafios já que esta é, porventura, a opção que deixa o profissional mais exposto às limitações da sua própria for-

mação, às insuficiências dos modelos de intervenção vocacional disponíveis e às suas próprias crenças e distorções inferenciais. Do ponto de vista ético, esta é também a opção que o deixa mais desprotegido visto que sem o apoio de determinadas convenções teóricas ou códigos reguladores da sua conduta é a si que cabe definir os critérios de legitimidade das suas decisões e da sua prática.

4. Intervir em aspectos não vocacionais: uma questão de competências ou de preferências?

A relutância dos profissionais da consulta psicológica em relação à intervenção vocacional certamente que não é alheia às características do processo de socialização profissional que ocorre durante os anos de formação (Dorn, 1986; Krumboltz, 1993; Manuele-Adkins, 1992; Niles & Pate, 1989; Pinkney & Jacobs, 1985; Warnke e colaboradores, 1993).

Os planos de formação dos futuros psicólogos frequentemente distinguem e segmentam as práticas de Orientação Vocacional das práticas de Psicoterapia nem sempre proporcionando ocasiões para a aquisição de saberes mais compreensivos do desenvolvimento vocacional ou para o treino de competências de intervenção que favoreçam a integração das questões vocacionais e não vocacionais. Mesmo que estejam convencidos das vantagens para os clientes de intervenções integradas, os profissionais talvez nem sempre se sintam preparados para assumir com êxito um tal empreendimento. Talvez as expectativas do profissional quanto às suas competências sejam demasiado baixas para que se sinta encorajado a dar continuidade ao processo de intervenção quando este sofre uma viragem para objectivos terapêuticos.

Poder-se-ia, justamente, confrontar esta perspectiva do profissional com as expectativas que os clientes aportam para o contexto de intervenção em relação à competência técnico-científica do psicólogo. A maioria dos clientes que recorrem à ajuda do psicólogo esperam daquele um conjunto de habilitações que lhe permitam lidar e trabalhar eficazmente com qualquer problema ou dimensão da situação problemática que seja da sua área de formação ou

do domínio geral de comportamento no qual são especialistas. Certamente que estas expectativas podem ser influenciadas por aspectos ligados à reputação profissional do psicólogo, ou ao prestígio da instituição na qual desenvolve a sua actividade, mas, grande parte dos clientes espera do psicólogo um grau mínimo de competências em certas áreas essenciais. Do profissional da Orientação Vocacional talvez não contem com uma actuação diferente da que os seus mitos em relação a esse domínio de intervenção lhes permite antecipar. Ao psicólogo, todavia, não se pode admitir que não questione os seus próprios mitos em relação à sua prática e não procure apurar continuamente a qualidade do seu exercício profissional.

A exposição dos futuros e dos actuais psicólogos a experiências que lhes permitam desenvolver atitudes mais favoráveis à intervenção vocacional e desafiem as suas crenças quanto à superioridade ou dificuldade da psicoterapia poderia contribuir para que os profissionais compreendessem que, tanto na conceptualização dos casos como na escolha de estratégias de intervenção adequadas, não podem desprezar a importância e o significado do trabalho na vida dos seus potenciais clientes.

Como profissional do desenvolvimento humano, talvez o psicólogo deva ser capaz de reconhecer e compreender, independentemente da sua especialidade, interesses ou preferências pessoais, as interações entre o domínio vocacional e não vocacional da vida dos seus clientes devendo fazer um esforço no sentido de suplementar os seus conhecimentos e competências específicas de acordo com a complexidade de cada cliente particular (Blustein, 1987; Blustein & Spengler, 1995; Krumboltz, 1993; Niles & Pate, 1989; Tolsma, 1993). Tal como referem Niles e Pate (1989, p. 63): “Those who choose the term *counselor* to describe their profession should be viewed as being competent to assist clients with a variety of concerns that are essentially psychological in nature”. Questionar os valores que explicita ou implicitamente lhe são inculcados pelos sistemas nos quais se prepara para o exercício da sua profissão e negociar paulatinamente as regras que lhe são impostas pelos sistemas onde exerce a sua actividade é optar pela dificuldade e, por conseguinte, assumir

uma atitude que, embora não o isente de custos, permite, sobretudo, aferir a sua competência.

5. Intervir em aspectos não vocacionais: uma questão de responsabilidade ética?

Em momento algum, este esforço de desenvolvimento profissional que o psicólogo se disponha a fazer quando colocado perante um caso particular deve ameaçar a qualidade da ajuda que pode prestar ao cliente. No interesse do cliente, há aspectos de responsabilidade ética que não devem ser secundarizados. Se o profissional da Orientação Vocacional pode ou não intervir junto de clientes que apresentam problemas pessoais que interferem com o desenvolvimento vocacional, depende do grau no qual possui ou tem acesso aos recursos e competências indispensáveis para ajudar o cliente na exacta proporção das suas necessidades (National Career Development Association, 1992). Quando as questões não vocacionais não puderem ser resolvidas no contexto da intervenção vocacional, quando o psicólogo não conseguir criar as condições imprescindíveis ao tipo de intervenção integrada que os problemas do cliente pedem e justificam, o encaminhamento do cliente para um profissional mais habilitado no domínio da psicoterapia, apresenta-se como uma hipótese a considerar.

Pode acontecer que o psicólogo não tolere a insegurança, a ansiedade e o desconforto causados pelo contacto com uma situação de intervenção difícil e complexa que o leve a sentir-se incapaz de trabalhar com a totalidade do problema, e que até afecte a sua auto-estima. Talvez este profissional não resista à tentação de remeter o cliente para um colega, logo que se aperceba das incompatibilidades ou das exigências adicionais que o caso comporta para si, sem antes sequer tentar uma abordagem integrada do problema. A reduzida familiaridade do psicólogo com determinado segmento não vocacional do problema do cliente, pode acompanhar-se de uma certa desconfiança em relação à sua capacidade para agir numa situação que requer uma estruturação da intervenção diferente da que, habitualmente, adota. Curiosamente, o que se passa com o profissional é um bom exemplo de como, na própria pessoa do

psicólogo, as questões profissionais interagem com outras dimensões do seu funcionamento psicológico.

O que, de facto, interessa equacionar é se a sugestão de um outro processo de intervenção é a solução ideal ou se é apenas uma situação de recurso aceitável em circunstâncias excepcionais. Se é verdade que, ao remeter o cliente para um outro profissional, o psicólogo previne a eventualidade de uma ajuda pouco ajustada, também é um facto que, simultaneamente, corre o risco de precipitar no processo de intervenção vocacional uma mudança, ou até mesmo uma ruptura, que pode não ser totalmente benéfica para o processo e para o cliente. O profissional de Orientação Vocacional que se percebe como incompetente para intervir em aspectos não vocacionais deverá ater-se à letra do pedido vocacional ou procurar conhecer-lhe o espírito? Essa decisão deverá subordinar-se à sua percepção de mestria ou às suas convicções quanto ao interesse para o cliente de uma intervenção integrada? E o que acontece com o cliente, que aceitou envolver-se numa relação de alguma intimidade e criou já certas expectativas quanto ao curso da intervenção, se o psicólogo decidir não dar continuidade ao trabalho que, na realidade, iniciou?

Com efeito, o reconhecimento da necessidade de encaminhamento pressupõe todo um trabalho prévio de avaliação e exploração do pedido e do problema durante o qual, inevitavelmente, se vai consubstanciando e fortalecendo a relação psicólogo-cliente. O aprofundamento dos motivos que justificam o recurso do cliente à consulta vocacional é essencial. É ele que permite a clarificação do pedido, possibilitando a identificação de variáveis que o reforçam e/ou o levantamento de pistas que apontam para a necessidade de alterar a orientação da intervenção num certo grau de latitude em relação ao pedido. Por conseguinte, é natural que o psicólogo invista nesta fase do processo procurando estabelecer com o cliente uma relação indutora de confiança que minimize a resistência daquele à intervenção e lhe permita proceder ao *self-disclosing* de informação relevante que talvez não tencionasse ter de expôr e discutir quando procurou a consulta vocacional.

Conhecendo o papel central do vínculo emocional psicólogo-cliente ao nível do sucesso da inter-

venção psicoterapêutica (Gelso & Carter, 1985), é difícil aceitar que, no contexto da intervenção em consulta vocacional, esta relação se reduza a uma *aliança operatória que só por si é inútil na resolução do problema* (Zarka, 2000). Concebida como uma inevitabilidade de um trabalho a desenvolver a dois, talvez a relação não seja, de facto, suficiente e eficaz na resposta a um pedido ou problema vocacional como o pode ser, dado o seu potencial terapêutico intrínseco, na psicoterapia. Não se pode negar que o facto do cliente vocacional estar em relação com o psicólogo não permite *de per se* resolver satisfatoriamente uma tarefa vocacional qualquer que ela seja. Se mais não for, porque factores externos à relação, como o ambiente ou a estrutura social de oportunidades, podem inviabilizar os projectos vocacionais que os indivíduos procuram construir ou rever no contexto da intervenção – e note-se que a existência de conflito ou de incompatibilidades entre as aspirações pessoais do cliente e as características da estrutura social de oportunidades é uma das questões terapêuticas mais comuns, ainda que por vezes oculta, da Consulta Vocacional (Spokane, 1991). Porém, quando a intervenção vocacional não se contenta com o nível do problema mas pretende actuar ao nível dos padrões e processos de desenvolvimento vocacional, a relação psicólogo-cliente não só é uma relação privilegiada como é uma condição inalienável do acesso do profissional da Orientação à interioridade do cliente.

A construção de uma relação securizante permitirá ao cliente tirar maior partido da intervenção vocacional não só quando esta lhe dá a oportunidade para se desenvolver como pessoa ou lhe serve de pretexto para a resolução de problemas pessoais mas também quando não é preciso ir além das questões do desenvolvimento vocacional. A relação pode tornar-se uma importante fonte de motivação para o cliente quando o processo se revele castrador ou frustrante das suas expectativas iniciais, quando o psicólogo faça propostas ao cliente que sejam particularmente exigentes em termos do seu envolvimento, quando o cliente experimenta níveis elevados de ansiedade em relação à exploração vocacional ou tem medo de investir, quando é necessário que o cliente deixe de esconder as reais intenções que o trouxeram até ao psicólogo.

O problema está nas situações em que o trabalho exploratório do psicólogo se afasta do pedido original, em que o profissional mexe em aspectos críticos, e por vezes dolorosos, do funcionamento psicológico do cliente, instaurando um tipo de relação que motiva o cliente para um processo de intervenção mais ambicioso e laborioso, e depois se retira da intervenção ou resolve, simplesmente, intervir só nas dimensões que crê ser capaz de trabalhar com sucesso. Pode interrogar-se até que ponto será possível manter o cliente motivado e empenhado no processo vocacional se, de algum modo, implicitamente, nele se criou a expectativa de que esse processo poderia ir mais longe. De igual forma, pode também questionar-se se valerá a pena encaminhar o cliente para um outro profissional, que o vá sujeitar a um novo processo de avaliação, quando o cliente tem até algumas boas razões para desconfiar e se tornar mais defensivo em relação à exploração de certos aspectos mais privados, que revelou ao profissional de Orientação Vocacional sem ter tido qualquer contrapartida.

Embora referindo-se aos cuidados especiais a observar pelo psicoterapeuta, Kelly (1991, p. 279) salienta uma preocupação que também o profissional da Orientação Vocacional deve ter presente quando pensar proceder ao encaminhamento do cliente para psicoterapia:

Referring him to the precise specialist who is experienced with the client's particular type of problem is probably less important than that the client shall have an opportunity to develop a therapeutic relationship with someone who is reasonably competent, even though that person is only partially specialized in dealing with the client's particular type of problem. Once the client is secured in a therapeutic relationship, it should be possible to procure the necessary services of specialists on an adjunctive basis. Certainly our concern with therapeutic specialty should not cause us to overlook the therapy itself.

É fundamental que o profissional considere os inconvenientes e as vantagens da interrupção ou da

duplicação do processo de consulta quando não pretender arriscar uma intervenção que combine as actividades de exploração vocacional com objectivos de mudança pessoal dos clientes. O óptimo, por vezes, é inimigo do bom. Perder o cliente, nem que seja só simbolicamente ao nível da sua confiança e da sua colaboração no processo, pode ser um custo demasiado elevado para o processo de intervenção.

6. Intervir em aspectos não vocacionais: a quem deve pertencer a iniciativa?

A ponderação dos ganhos para o cliente da incorporação das questões pessoais problemáticas no processo de consulta vocacional deve, como é óbvio, ter em conta a vontade e a motivação do cliente para aceitar que a intervenção ultrapasse os limites da esfera vocacional. Todavia, por muito que se insista na obrigação ética do profissional da consulta vocacional obter o acordo explícito do cliente antes de iniciar a recolha de informação mais extensa sobre a sua personalidade, os seus contextos de vida e as várias dimensões do seu funcionamento psicológico, convém ter presente que é sempre recomendável que o profissional procure compreender os antecedentes e consequentes do problema vocacional a partir de configurações não vocacionais. A resolução do problema vocacional depende tanto, em tantos casos, desta contextualização, que o psicólogo, embora possa sensibilizar o cliente para a importância da exploração de aspectos variados do *self*, talvez sinta necessidade de o fazer mesmo sem uma autorização formal do cliente.

À partida é de esperar que o cliente não se furte à abordagem de certos aspectos pessoais, sobretudo se o psicólogo assinalar a pertinência que eles têm para a compreensão das questões vocacionais e lhos apresentar como estruturantes da intervenção. Mas, a questão mais importante que aqui se coloca é a de saber se é legítimo ou não que seja o psicólogo, e não o cliente, a trazer para a intervenção os focos que não aparecem directamente representados nos pedidos. Defender que deve partir do cliente a iniciativa de expor todas as dimensões relevantes do seu problema e até de solicitar o parecer do psicólogo quanto ao interesse para si de uma psi-

coterapia (Zarka, 2000) pode até parecer razoável: por um lado, assegura-se que a intervenção não se torne intrusiva e, por outro lado, reforça-se e valoriza-se a autonomia e o protagonismo que o cliente será chamado a assumir ao longo do processo: “Technically speaking, we may say that this initial stage to keep the initiative is a struggle to preserve the integrity of his construct system against the sizable threat of dependency.” (Kelly, 1991, p. 279).

O psicólogo pode, assim, evitar uma exploração demasiado directiva do pedido deixando que seja o cliente a comunicar a sua perspectiva do problema e a caracterizá-lo livremente em termos da sua amplitude e conteúdos. Dado que a interrelação entre as questões vocacionais e as não vocacionais é frequentemente subtil e difícil de detectar, estratégias não directivas com utilização abundante de reflexões de sentimento, reflexões de conteúdo, clarificações, confrontações e silêncios são sugeridas como as mais indicadas (Tolsma, 1993). Mas então, como poderá o profissional lidar com os casos nos quais os pedidos são ambíguos ou apelativos e o cliente fica à espera que o psicólogo desoculte as verdadeiras necessidades que neles estão imersas? Quantos clientes estarão preparados para o relato espontâneo e detalhado, ou só minimamente controlado, das razões da sua vinda à consulta vocacional? Quantos clientes serão capazes de reconhecer e falar ao psicólogo da distância que existe entre os seus motivos e os seus pedidos? Quantos deles já se terão apercebido da complexidade ou da relação contingencial que o seu comportamento vocacional mantém com outros aspectos da sua vida social ou psicológica?

Pode sempre interpretar-se os não-ditos do cliente como sinais de evitamento ou de falta de consciência de certas componentes do problema (Tolsma, 1993) e, portanto, eles podem constituir um material “diagnóstico” de extrema importância. Contudo, talvez os aspectos subentendidos não bastem para que o psicólogo possa documentar o seu parecer quanto ao sentido que o processo de intervenção vocacional deverá tomar. É verdade que quanto mais se incentivar o discurso do cliente, maior é a probabilidade do profissional averiguar a existência de factores pessoais susceptíveis de influenciar subrepticiamen-

te os investimentos vocacionais dos clientes. Porém, aumenta também exponencialmente a probabilidade do psicólogo se sentir fascinado pela personalidade do cliente e desatender ao vector vocacional da intervenção (Corbishley & Yost, 1989; Zarka, 2000). Controlar o efeito deste fascínio talvez não requeira que o psicólogo se prenda aos aspectos formais da intervenção vocacional ou que evite envolver-se noutras níveis de exploração do pedido que não o explícito. Uma escuta incondicional e, ao mesmo tempo, orientada e selectiva, poderá permitir ao profissional captar a totalidade da experiência subjectiva do cliente face a situação problemática e determinar com maior precisão quais as dimensões do problema a contemplar pela intervenção.

Uma avaliação relativamente mais estruturada do cliente não é forçosamente constritora do campo da intervenção. Ao avaliar os vários eixos do funcionamento psicológico do cliente, o profissional poderá proceder a uma definição mais eficiente das coordenadas do alargamento do processo de intervenção vocacional sendo, a partir delas, que o psicólogo deverá acompanhar o cliente na elaboração progressiva do pedido inicial. Talvez não haja necessidade do psicólogo confrontar o cliente com detalhes em relação às áreas de intervenção que a sua avaliação técnica permitiu identificar. Até porque, na fase inicial do processo, uma descrição pormenorizada das questões a trabalhar seria apenas um artefacto (Kelly, 1991). O *drop-out* dos clientes após uma primeira consulta, parece mesmo ser mais provável nos casos em que não há, por parte do profissional, reconhecimento do problema tal como este é percebido e apresentado pelo cliente (Epperson, Bushway & Warman, 1983). Fuller e Hill (1985) também se mostram favoráveis à ideia de que a manutenção da relação psicólogo-cliente é mais possível nos casos em que o cliente precisa ou aceita o tipo de intenções que o psicólogo prefere manifestar.

Parece assim, preferível que, nos contactos iniciais, o psicólogo preste atenção e aceite a formulação do problema de que o cliente é autor, sem lhe transmitir ou tentar impôr visões alternativas ou adicionais das questões problemáticas porquanto isso poderá afectar a relação (Kelly, 1991) e a sua per-

manência no processo. Progressivamente, a própria intervenção deve criar condições para que as dimensões pessoais encobertas se tornem aparentes e para que uma reformulação ou reconceptualização conjunta do problema vocacional tenha lugar. O cliente terá, então, ocasião para rever as suas expectativas quanto ao processo de intervenção e repensar o seu pedido no contexto de uma relação mais segura. Isto requer, no entanto, a disponibilidade do psicólogo para o trabalho integrado de variáveis ligadas ao trabalho e à pessoa.

7. Intervenção integrada em aspectos vocacionais e não vocacionais: que modelo?

Além dos problemas que se prendem com as limitadas competências dos profissionais para desenvolverem intervenções que integrem um possível trabalho terapêutico com as actividades de Orientação Vocacional, a inexistência de uma matriz teórico-conceptual que enquadre essa prática integrada é outro dos aspectos que parece dificultar a adesão dos profissionais a esse tipo de abordagem (Blustein, 1987; Blustein & Spengler, 1995; Lecomte & Guillon, 2000; Spokane, 1991). Na ausência de proposições teóricas nas quais possam basear os seus procedimentos, os profissionais sentir-se-ão um pouco sem rede quando se trata de seleccionar estratégias que possam dar resposta às necessidades globais, imediatas e de longo prazo, dos seus clientes e quando têm de definir condições realistas para o processo, conteúdo e resultados da consulta vocacional.

Uma conceptualização mais alargada do processo de consulta vocacional requer, como aponta Lucas (1993), que os psicólogos expandam e diversifiquem o menu de opções de intervenção que oferecem aos clientes vocacionais. O ideal seria, no entanto, que tais intervenções pudessem decorrer de modelos também eles razoavelmente integradores dos domínios vocacionais e não vocacionais, e que tivessem em conta tanto as comunalidades como as especificidades da intervenção vocacional e da psicoterapia.

Spokane (1991) faz talvez a primeira tentativa de concepção de um modelo deste tipo. Construído a partir de casos de conteúdo vocacional e de resul-

tados de investigação sobre o processo psicoterapêutico, o modelo de Spokane deixa claro o grau de proximidade que existe entre os dois tipos de consulta psicológica ao nível das opções práticas de intervenção mas é, fundamentalmente, um modelo clínico adaptado à intervenção em Orientação Vocacional. Trata-se mais de uma proposta de organização das intervenções vocacionais e de sistematização da variedade de estratégias terapêuticas susceptíveis de extrapolação para o campo vocacional do que um modelo desenvolvido a pensar na interacção pessoal-vocacional. Ao contemplar duas variáveis centrais do que aparece designado como a intensidade do tratamento (o investimento do cliente e o investimento do profissional no processo) o modelo prevê a possibilidade da consulta vocacional fazer a integração da dimensão pessoal e vocacional do desenvolvimento humano consoante a disposição do cliente e do psicólogo para se envolverem em níveis diferenciados de exploração do problema vocacional. Contudo, é um modelo inovador só ao nível do processo (um modelo que é suposto orientar o profissional que trabalha nesta área na avaliação dos casos que acompanha e nas decisões relativas às estratégias a implementar) pois no que se refere aos focos de intervenção, a decisão vocacional continua a ser o centro nevrálgico da intervenção.

O trabalho de Savickas (1996) ao nível dos significados do trabalho é também uma referência praticamente obrigatória porquanto representa um oásis em termos da abordagem das questões vocacionais no quadro alargado da intervenção em consulta psicológica. O modelo de intervenção em consulta vocacional espiritual materializa uma perspectiva desenvolvimental e construtivista do desenvolvimento vocacional dos indivíduos sendo um modelo que inova tanto ao nível das metodologias (narrativas) como ao nível do foco da intervenção (a história de vida dos clientes).

A reconceptualização da Orientação Vocacional na perspectiva de uma intervenção cujo objectivo central é a exploração da relação que o cliente mantém com o mundo vocacional é outra proposta que tem em conta a multidimensionalidade do desenvolvimento psicológico na resposta a dar ao pe-

didado vocacional (Campos & Imaginário, 1977; Campos, 1980; 1989; Campos & Coimbra, 1991a, 1991b; Imaginário & Campos, 1987). O problema vocacional é, no quadro desta proposta, resolúvel pela via da promoção do desenvolvimento global e da construção da identidade. A consulta vocacional aparece como uma intervenção intencional, ao longo dos sucessivos períodos da existência do indivíduo, que procura prepará-lo para as várias tomadas de decisão vocacional, para a integração das diferentes decisões vocacionais e para a articulação destas com outras decisões existenciais, procurando desta forma que aquele se torne cada vez mais sujeito do seu itinerário e, portanto, mais capaz de o influenciar (Campos, 1980; 1989; Campos & Coimbra, 1991b)

É a partir da experiência de contacto e relação directa com a realidade que o cliente, obtém *feedback* acerca de si próprio, aprende acerca da realidade e se apropria ou posiciona crítica e criativamente face às oportunidades do meio revendo os investimentos passados e investindo em determinadas escolhas. A intervenção não só amplia a sua capacidade de acção sobre o ambiente como aumenta a sua liberdade de escolha capacitando-o para um processo de (re)construção diacrónica de um projecto de existência que integra os diversos papéis de vida e no qual a dimensão vocacional sintetiza as restantes dimensões do desenvolvimento. O reconhecimento desta espacialidade alargada do problema de Orientação Vocacional chama o psicólogo a intervir tanto em dificuldades especificamente vocacionais como em necessidades e problemas que, embora possam não pertencer a essa categoria, são susceptíveis de afectar o desempenho do cliente na realização das tarefas vocacionais e de vida.

Blustein e Spengler (1995), com a introdução da noção de *sensibilidade ao terreno* lançam as bases conceptuais do que poderá vir a tornar-se o racional de um modelo integrado de intervenção junto dos clientes da consulta psicológica que apresentam problemas simultâneos de natureza vocacional ou não vocacional. Na abordagem sensível ao terreno, o cliente e os seus contextos de vida têm preferência sobre qualquer classificação apriorística do problema ou do tipo de intervenção. O profissional deve

basear as suas decisões acerca do domínio onde deve intervir, somente em avaliações sobre a origem do problema e em considerações acerca da frente do problema que está mais acessível à intervenção ou do ponto da sua evolução que é mais favorável à mudança. O cliente deve, impreterivelmente, ser ouvido cada vez que o profissional decida alargar ou estreitar o domínio da intervenção, antes mesmo de ser efectuada uma avaliação sistemática do estatuto do seu problema.

Na intervenção sensível ao terreno, os objectivos do processo devem sempre reflectir a flexibilidade, a criatividade e capacidade do profissional para regular as suas estratégias em função das variantes e das variações do problema. A operação mais delicada consiste em garantir que o trabalho terapêutico não se sobrepõe às questões vocacionais e que a intervenção vocacional não perde de vista o desenvolvimento pessoal:

With a domain-sensitive approach we are not attempting to replace existing theories of counselling and psychotherapy or seeking to address questions regarding the timing of career and noncareer interventions. Instead, through this approach counsellors can become sensitised to the complexities and subtle nuances of intervention, a sensitivity that ideally can help clients to develop in their various life roles. (Blustein & Spengler, 1995, p. 320).

Em síntese...

A ambiguidade dos pedidos e a complexidade dos problemas vocacionais, nem sempre permitem que a definição dos meios e objectivos da intervenção vocacional seja o produto de uma parceria totalmente conseguida entre o psicólogo e o cliente. No início do processo de intervenção vocacional, o psicólogo sobressai claramente como a figura a quem pertencem as mais importantes decisões relativamente à organização da intervenção. Portador de um conjunto de expectativas nem sempre realistas em relação ao processo de intervenção vocacional, o cliente frequentemente não conseguirá descentrar-

se da sua necessidade de ajuda nem terá uma noção completamente compreensiva do seu problema para poder influenciar mais decisivamente o plano da intervenção. A valorização da perspectiva do cliente quanto à forma como a intervenção pode contribuir para a resolução do seu problema deve ser vista como um elemento chave do seu envolvimento no processo vocacional. Contudo, o profissional não pode adoptar acriticamente as construções subjectivas do cliente sob pena de descuidar dimensões não vocacionais do problema cuja integração na intervenção é um pré-requisito da qualidade do apoio a prestar.

Aceitar a visão do problema do cliente e trabalhar com os significados pessoais ou as expectativas por si associadas à intervenção não implica que o psicólogo tenha que submeter a intervenção ao ponto de vista do cliente. Os seus esforços devem fazer-se justamente no sentido oposto, procurando que seja o cliente a reconstruir as suas teorias pessoais acerca do problema e do processo de intervenção. Desta forma, é possível que o processo de intervenção cumpra também um função educativa. Ajudando o cliente a compreender a inseparabilidade da dimensão vocacional relativamente a outras dimensões pessoais talvez a intervenção contribua para o fazer desistir dos esforços para estancar na sua vida o profissional e o pessoal. Além de inúteis, as tentativas para manter uma certa clivagem entre esses dois domínios podem ser perniciosas a nível do seu bem-estar e qualidade de vida psicológica. À força dessa separação, o indivíduo introduz um dualismo nos processos da sua identidade (identidade vocacional à parte da identidade pessoal) que não só não lhe permite beneficiar da integração das suas experiências nos diversos contextos da existência como se torna mais vulnerável à ocorrência de perturbação e crise (Dorn, 1992). Só o profissional que seja capaz de descristalizar os seus interesses e expandir, de uma forma sensível, os limites tradicionais da sua prática em prol do cliente estará á altura de contribuir para o seu desenvolvimento vocacional e integral dos indivíduos que o procuram.

A investigação disponibiliza um conjunto de resultados que fazem emergir questões importantes relativamente à responsividade do profissional às

expectativas mais ou menos explícitas dos clientes e em relação ao impacto do tipo de problema apresentado nas atitudes do psicólogo e no plano de intervenção estabelecido. Tais resultados, põem inequivocamente em causa a própria adequação e qualidade dos serviços prestados ao cliente que procura a consulta vocacional. A ajuda a prestar ao indivíduo pode, efectivamente, ficar comprometida se, na fase de conceptualização do problema, o psicólogo se fixar no pedido considerando-o líquido, não questionar ou confrontar e rever os seus preconceitos e as expectativas que a partir dele constrói, fidelizar-se às suas preferências pessoais em relação ao tipo de problema ou não se abstrair da aparência do problema procurando testar hipóteses alternativas e integrar novas informações ainda que não confirmatórias das impressões iniciais.

Para minimizar a sua susceptibilidade a qualquer um destes possíveis viéses é essencial que o profissional da consulta vocacional reconheça a utilidade da avaliação na sua prática de intervenção; não só a que lhe dá acesso ao conhecimento das necessidades reais de intervenção de cada cliente mas também a avaliação das suas próprias necessidades em termos da correcção ou redução de eventuais viéses que actuem de modo mais ou menos subliminar, diminuam a sua sensibilidade, e o impeçam de otimizar a qualidade da intervenção que proporciona ao cliente.

Alguns autores alertam mesmo para a necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação que procurem analisar a extensão na qual a percepção da consulta vocacional como campo secundário de intervenção e certas características específicas dos profissionais (nomeadamente, a reacção, a curiosidade, o interesse pessoal em relação a diferentes tipos de problema e a complexidade cognitiva) podem contribuir para a eficácia da intervenção ou actuar em detrimento da qualidade daquela (Dorn, 1986; Holloway & Wolleat, 1980; Melnick, 1975; Spengler, Blustein & Strohmer 1990).

Embora, ao longo deste trabalho, tivessem sido mais amplamente discutidas as questões relativas ao exercício profissional do psicólogo no âmbito da consulta psicológica vocacional, importa situar o in-

teresse destas reflexões também no que se refere à intervenção psicoterapêutica. Deve, por isso, salientar-se a relevância desta discussão também para a psicoterapia já que, nem sempre o processo de intervenção aí também progride do tratamento dos sintomas (radiquem ou não em desajustamentos vocacionais) para o trabalho específico de temáticas vocacionais relevantes.

Parece, de facto, existir uma possibilidade real dos psicólogos, quando confrontados com pedidos nos quais estejam simultaneamente presentes problemas pessoais e vocacionais, se focarem preferencialmente na vertente mais pessoal da situação problemática. Todavia, mesmo nos casos em que os problemas pessoais, pelo grau de perturbação que produzem, possam ser priorizados na intervenção, convirá que o profissional esteja consciente da importância de uma avaliação adequada da história do problema pessoal não vá este ser contingente ou resultar da conversão de um problema vocacional pré-existente (Gysbers, Heppner & Johnston, 2000; Spengler e colaboradores, 1990).

Psicólogo e cliente terão a ganhar se, também em intervenções mais centradas em dimensões não vocacionais do funcionamento psicológico, for dada atenção ao percurso vocacional do cliente. A exploração do comportamento vocacional do cliente pode, por um lado, permitir aceder a informação clínica e de diagnóstico relevante que talvez não viesse a ficar disponível no caso do profissional insistir apenas na avaliação dos sintomas psicológicos (Blustein, 1987). Por outro lado, se a relação do indivíduo com o trabalho é susceptível de pôr a descoberto certos padrões de funcionalidade ou disfuncionalidade psicológica, a exploração da relação do indivíduo com o mundo no plano vocacional poderá também servir de fundo a uma série de aprendizagens sobre o *self* que integradas na estrutura da sua identidade influenciarão todo o seu estilo de vida:

Career counseling is often a metaphor for change. (...) While career is the topic of focus a corollary process is occurring: gaining the courage to change oneself and to experience life in unanticipated ways. (Davidson & Gilbert, 1993, p. 153)

REFERÊNCIAS

- Anderson, W. P. & Niles, S. G. (1995). Career and Personal Concerns Expressed by Career Counseling Clients. *The Career Development Quarterly*, 43, 240-245.
- Betz, N. & Corning, A. (1993). The inseparability of “Career” and “Personal” Counseling. *The Career Development Quarterly*, 42, 137-142.
- Blustein, D. (1987). Integrating career counseling and psychotherapy: A comprehensive treatment strategy. *Psychotherapy*, 24(4), 794-799.
- Blustein, D. & Spengler, P. M. (1995). Personal Adjustment: Career counselling and Psychotherapy. Em W.B. Walsh & S.H. Osipow (Orgs). *Handbook of vocational psychology* (pp.295-329). Mahwah, NJ: Erlbaum Associates.
- Campos, B. P. & Imaginário, L. (1977). Orientação Escolar e profissional: Construção da identidade pessoal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 11, 185-195.
- Campos, B. P. (1980). Desenvolvimento vocacional: Construção do projecto de existência. Em B. P. Campos (Org.), *Orientação Vocacional no unificado e formação de professores* (pp. 44-60). Lisboa: Livros Horizontes.
- Campos, B.P. (1989). Intervenção em orientação vocacional: Algumas questões de valores. *Inovação*, 2(4), 403-409.
- Campos, B.P. (1989). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento Psicológico. Em B. P. Campos (Org.), *Questões de política educativa* (pp. 79-106). Porto, Asa.
- Campos, B. P. & Coimbra, J.L. (1991a). Consulta psicológica e exploração do Investimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11-19.
- Campos, B.P. & Coimbra, J.L. (1991b). A intervenção para o desenvolvimento vocacional. Em B. P. Campos (Org), *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social* (pp. 133-141). Porto, Afrontamento.
- Corbishley, M. A. & Yost, E. B. (1989). Psychological aspects of career Counseling. *Journal of Career Development*, 16(1), 43-51.
- Davidson, S. & Gilbert L. (1993). Career counseling is a personal matter. *The Career Development Quarterly*, 42, 149-153.
- Dorn, F. J. (1986). Needed: Competent, confident, and committed career counselors. *Journal of Counseling and Development*, 65, 216-217.
- Dorn, F. J. (1992). Occupational Wellness: The integration of Career Identity and Personal Identity. *Journal of Counseling and Development*, 71, 176-178.
- Epperson, D.L., Bushway, D. J. & Warman, R.E. (1983). Client Self-Terminations After One Counseling Session: Effects of Problem Recognition, Counselor Gender, and Counselor Experience. *Journal of Counseling Psychology*, 30(3), 307-315.
- Fuller, F. & Hill C. E. (1985). Counselor and Helpee Perceptions of counsellor Intentions in relation to outcome in a single counselling session. *Journal of Counseling Psychology*, 32(3), 329-338.
- Gelso, C. J. & Carter, J. (1985). The relationship in counseling and therapy: Components, consequences and theoretical antecedents. *The Counseling Psychologist*, 13, 155-243.
- Gysbers, N.C., Heppner, M. J. & Johnston, J.A. (2000). Conseil et Développement de Carrière Tout au Long de la Vie. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 29(1), 91-115.
- Herr, E. L. (1989). Career Development and Mental Health. *Journal of Career Development*, 16(1), 5-18.
- Holloway, E.L. & Wolleat, P.L. (1980). Relationship of counsellor conceptual level to clinical hypothesis formation. *Journal of Counseling Psychology*, 27, 539-545.
- Imaginário, L. & Campos B.P. (1987). Consulta Psicológica Vocacional em Contexto escolar. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 107-113.
- Kelly, G. A. (1991). *The psychology of personal constructs* (Vol. 2). New York: Routledge.
- Krumboltz, J. (1993). Integrating Career and Personal counseling. *The Career Development Quarterly*, 42, 143-148.

- Lecomte, C. & Guillon, V. (2000). Counseling Personnel, Counseling de Carrière et Psychothérapie. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 29(1), 117-140.
- Lucas, M. S. (1992). Problems Expressed by Career and Non-Career Help Seekers: A comparison. *Journal of Counseling and Development*, 70, 417-420.
- Lucas, M. S. (1993). Personal Aspects of Career Counseling: Three Examples. *The Career Development Quarterly*, 42, 161-166.
- Manuele-Adkins, C. (1992). Career Counseling is Personal Counseling. *The Career Development Quarterly*, 40, 313-323.
- Mahoney, M. (1991). *Human Change Processes*. New York: Basic Books.
- Melnick, R.R. (1975). Counseling response as a function of method of problem presentation and type of problem. *Journal of Counseling Psychology*, 22(2), 108-112.
- Nascimento, I. & Coimbra, J. (2001). *O reconhecimento do carácter eminentemente pessoal da problemática vocacional*. Em C. Borrego, J. L. Coimbra & D. Fernandes (Orgs.), *Construção de Competências Pessoais e Profissionais para o trabalho*. Actas, II Encontro Internacional de Formação Norte de Portugal /Galiza. Galiza: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Delegação do Norte.
- National Career Development Association (1992). Career Counseling Competencies. *The Career Development Quarterly*, 40, 378-386.
- Niles, S.G. & Pate, R. H. (1989). Competency and Training Issues Related to the Integration of Career Counseling and Mental Health Counseling. *Journal of Career Development*, 16 (1), 63-71.
- Pinkney, J.W. & Jacobs, D. (1985). New counselors and personal interest in the task of career counselling. *Journal of Counseling Psychology*, 32(3), 454-457.
- Richardson, M. S. (1993). Work in People's Lives: A Location for Counseling Psychologists. *Journal of Counseling Psychology*, 40(4), 425-433.
- Savickas, M. L. (1996). The spirit in Career Counseling: Fostering self-development through work. Em D.P. Bloch & L. J. Richmond (Orgs). *The quest for self in work: Connections between spirit and career*. Palo Alto, CA: Davies-Black Publishing.
- Spengler, P.M., Blustein, D.L. & Strohmer, D.C. (1990). Diagnostic and treatment Overshadowing of vocational problems by personal problems. *Journal of Counseling Psychology*, 37(4), 372-381.
- Spokane, A. (1989). Are there psychological and mental health consequences of difficult career decisions? *Journal of Career Development*, 16(1), 19-23.
- Spokane, A. (1991). *Career intervention*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Super, D. E. (1980). A life-span, a life space approach to career development. *Journal Vocational Behavior*, 16, 282-296.
- Super, D. E. (1990). A life-span, a life space to career development. Em D. Brown & L. Brooks (Orgs), *Career choice and development: Applying contemporary theories to practice* (pp. 197-261). S. Francisco: Jossey-Bass, 197-261.
- Tolsma, R. (1993). "Career or Noncareer?" That is the issue: Case examples. *The Career Development Quarterly*, 42, 167-173.
- Warnke, M., Kim, J., Koeltzow-Milster, D., Terrell, S., Dauser, P., Dial, S., Howie, J. & Thiel, M. (1993). Career counseling practicum: transformations in conceptualizing career issues. *The Career Development Quarterly*, 42, 180-185.
- Zarka, J. (2000). Conseils et limites. Limites du conseil , au-delà des limites. L'appel sans espace, l'espace des appels. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 29(1), 141-169.

Recebimento: 12/12/05

Aceite Final: 19/01/06

Sobre os autores

Inês Nascimento é assistente-convidada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, coordenadora Executiva do Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto e membro do Centro de Desenvolvimento Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Joaquim Luís Coimbra é professor-associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, membro do Centro de Desenvolvimento Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.